

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**A crítica ambiental e o processo de devastação das florestas de
araucária no Sul do Brasil.**

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho¹

Resumo: A floresta de araucária já ocupou cerca de 200 mil km² dos planaltos do Sul do Brasil. Iniciado no final do século XIX, esse processo de devastação praticamente esgotou as florestas de araucária já por volta da década de 1970. Apesar de ter se mostrado incontrolável, a devastação foi alvo também de severas críticas e preocupações de alguns observadores. Principalmente a partir dos anos 1940, no contexto da criação do Instituto Nacional do Pinho, alguns políticos, madeireiros, engenheiros, entre outros, criticaram a forma como se desenvolvia a indústria madeireira sulina, sem a menor preocupação com a reposição do imenso stock florestal que estava sendo consumido pelas serrarias. Nesse artigo, o objetivo é analisar o conteúdo dessa crítica em alguns intelectuais como Romário Martins, F. C. Hoehne e R. Maack.

Palavras-chave: *Araucaria angustifolia*, Desmatamento, História Ambiental.

Abstract: The araucaria forest already occupied about 200 thousand km² of plateaus of the South of Brazil. Initiate in the end of century XIX, this process of deforestation practically depleted the araucaria forest in the decade of 1970. Despite of this uncontrollable process, the deforestation was the aim also of severe critiques and concerns of some observers. Mainly from years 1940, in the context of the creation of the National Institute of the Pine, some politicians, lumbers, engineers, among others, had criticized the form of development of the lumber industry, without concern with the replacement of the immense forest stock that was being consumed by the sawmills. In this article, the objective is to analyze the content of these critiques in some intellectuals as Romário Martins, F. C. Hoehne and R. Maack.

Key-words: *Araucaria angustifolia*, Deforestation, Environmental History.

A floresta de araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, ocupava, até o final do século XIX, cerca de 200 mil km² dos planaltos do Sul do Brasil. É geralmente negligenciado nos livros de história o fato de que a araucária ou pinheiro (*Araucaria angustifolia*), árvore característica que dá nome ao ecossistema, representou a principal riqueza madeireira do país durante o século XX.

Até a década de 1970, quando se sentiu o esgotamento geral das florestas no Sul do país, as florestas de araucária representavam uma riqueza muito superior a floresta amazônica, que até então não era explorada em larga escala. No Sul do Brasil em particular, a indústria madeireira baseada na exploração do ecossistema sustentou e ensejou igualmente a riqueza econômica de inúmeros municípios e regiões do planalto, constituindo-se em uma

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq.

força poderosa de atração de pessoas. E também fomentou a riqueza econômica de muitas famílias de madeireiros, que desde há alguns anos substituíram a araucária pelo pinus ou pelas madeiras nobres trazidas da Amazônia. Diferentemente da Amazônia, da floresta de araucária restam hoje apenas pequenos fragmentos de mata bastante alterados e empobrecidos geneticamente por décadas de extração de madeira, atividade extrativista e agropecuária.

O processo histórico de devastação da floresta de araucária, apesar de ter se mostrado incontrolável ao longo do século XX, foi alvo de severas críticas e preocupações de observadores contemporâneos a esse processo.

O Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, já sinalizava uma preocupação governamental com a rápida devastação das florestas de araucária e a necessidade de ao menos promover e fomentar o reflorestamento. No entanto, semelhante ao atual ambíguo conceito de desenvolvimento sustentável, o INP era encarregado de ao mesmo tempo defender os interesses da produção madeireira, através da criação de medidas legais e incentivos, e também "promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros". (INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1948: 43,44)

Na prática, as ações do INP foram mais voltadas para a intensificação da exploração madeireira, embora existisse um pequeno projeto de reflorestamento com a criação de alguns parques florestais em áreas desmatadas. No entanto, existiam vozes inconformadas sobre a atuação do INP e o ritmo de desmatamento que estava sendo conduzido na floresta de araucária. Uma boa amostra dessa crítica ambiental que acompanhou (sem sucesso) esse processo de desmatamento é encontrada nos Anuários Brasileiros de Economia Florestal, publicados pelo INP a partir de 1948. Eram constituídos de diversos artigos escritos por geógrafos, engenheiros agrônomos, botânicos, funcionários do INP, políticos, pesquisadores estrangeiros e funcionários de madeireiras que discutiam variados assuntos relacionados a economia florestal, como técnicas madeireiras, política florestal, ecologia dos ecossistemas, desmatamento e parques florestais.

Nesses anuários, publicados pelo INP de 1948 a 1965, e em 1967 e 1968 pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), transparece um rico debate sobre a questão da devastação da floresta de araucária. Diversos autores alertavam sobre a velocidade do processo de devastação e a falta de correspondência nas ações de reflorestamento. Alguns,

entre eles, o geógrafo alemão Reinhard Maack faziam previsões que mais tarde se mostraram realistas, sobre a devastação quase completa da floresta de araucária.

Embora muitos desses autores fizessem críticas aos madeireiros, a agricultura de queimada, e outros aspectos, lamentando a devastação, é importante não se perder de vista que a natureza dessa crítica era calcada em argumentos produtivistas. Ou seja, o desmatamento era pensado em geral não pelo valor intrínseco da natureza que estava sendo agredida, mas em relação a um recurso natural que estava se extinguindo, e freqüentemente desperdiçado, sem um aproveitamento otimizado.

Semelhante ao que José Augusto Pádua observou em *Um sopro de destruição* para os intelectuais dos séculos XVIII e XIX, a maioria dos "críticos ambientais" da região da Araucária realizaram uma crítica ambiental calcada no antropocentrismo, no racionalismo produtivo, e dentro da esfera aceitável da política e da economia. (PÁDUA, 2002:13) Ou seja, essas críticas tinham o propósito para esses autores, de atentar para uma mudança política e tecnológica que favorecesse a modernização da produção, otimizando o uso do recurso natural, e ao mesmo tempo fomentasse os reflorestamentos necessários a continuação indefinida desse ciclo econômico. Muitos davam a entender que o reflorestamento era apenas o plantio da araucária, não tendo importância a manutenção ou repovoamento de toda a biodiversidade da floresta de araucária, demonstrando as concepções antropocêntricas em que estavam apoiados, em que a floresta de araucária significava, em geral, somente um instrumento para o progresso econômico do Sul madeireiro.

Uma ilustração do quanto essa crítica estava permeada de uma visão antropocêntrica e produtivista é a própria ascensão do pinus na década de 1960, quando muitos vão deixar de recomendar o reflorestamento da araucária, pois estavam espantados pela descoberta de um "produto" substituto melhor, mais ágil, e nessa lógica, o importante mesmo seria garantir o futuro da indústria madeireira.

Um autor que se destacava nesse debate por uma crítica ambiental para além desse produtivismo era o geógrafo Reinhard Maack. Maack criticou abertamente a indústria madeireira pelas devastações que estava causando, e alertava na década de 1950, quando ainda não se tinha clareza de uma solução para o fim eminente das reservas de araucária, o perigo do Estado do Paraná ter de importar madeira no futuro, realidade em parte verificada hoje. (MAACK, 1953:34)

Outro aspecto que destoava na crítica ambiental de Maack era a sua oposição ao modelo de reflorestamento adotado pelo INP e pelos madeireiros. Maack defendia o plantio de variadas espécies no terreno como condição de bom desenvolvimento das árvores. Além disso, defendia a criação de "grandes reservas de matas virgens", especialmente para o fornecimento de sementes. (MAACK,1952:66)

Maack vinha fazendo desde a década de 1930 levantamentos das áreas de florestas devastadas no Paraná, incluindo as florestas latifoliadas do litoral, do norte e do oeste do Estado, e que são tomados como referência até hoje. Ao mesmo tempo que o governo parecia sinalizar alguma preocupação com o desmatamento e incentivando, ainda que minimamente, o reflorestamento, Maack alertava que na verdade, o governo exercia uma política claramente favorecedora do desmatamento:

A mata virgem e o mato secundário atualmente não gozam da proteção do governo, pois as leis de imposto no Paraná favorecem a destruição da mata. O imposto territorial sobre a mata virgem e a capoeira, no Paraná, é o dobro do que para campo e terras de produção. [...] Para conseguir abatimento de 100% no imposto, é suficiente derrubar a mata e formar pasto, porque assim trata-se de terra de cultura, na opinião da legislação. Enquanto que às terras em produção ou terras em preparo, cabe apenas a metade do imposto territorial do Estado do Paraná, as terras com mato não tem nenhum abatimento, pagando imposto total de 6 por mil do valor do terreno. (MAACK,1952:66)

A crítica ambiental de Maack e de outros se mostrou, de maneira geral, portanto, bastante expressiva nos anuários de economia florestal, publicados pelo INP a partir de 1948, embora ela já estivesse se manifestando em jornais locais antes dessa época.

Como exemplo de crítica ambiental anterior aos debates nos anuários de economia florestal está a obra *Araucarilândia*, escrita por F. C. Hoehne e publicada em 1930. Hoehne, com o apoio do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, do Estado de São Paulo, fez uma rápida viagem de 26 dias em 1928 pela região da araucária, a *Araucarilândia*, como preferiu o viajante. Botânico experiente e que já tinha feito uma série de viagens pelo interior do país, Hoehne fez em *Araucarilândia* uma descrição empolgante da floresta de araucária, e das ameaças a floresta pelos desmatamentos generalizados. Embora tenha visitado principalmente regiões marginais a estrada de ferro no Paraná e em Santa Catarina, devido a exigüidade do tempo da expedição, Hoehne elaborou nessa obra uma profunda crítica a devastação da floresta de araucária, que já tomava proporções alarmantes, segundo o autor, em plena década de 1920. Em *Araucarilândia*, Hoehne se destaca da maior parte da crítica

ambiental da região da araucária por sugerir uma visão de natureza espiritualizada, se aproximando das vertentes biocêntricas, em que os seres humanos deveriam considerar também os muitos benefícios do meio natural para a vida humana.

As selvas naturais e virgens encerram vidas e riquezas, cujo verdadeiro valor e importância real, ainda se não podem avaliar devidamente. Protege-las é defender um patrimônio, que, uma vez perdido, jamais pode ser adquirido, quer pela força, quer pelo dinheiro. Salvar as florestas, tanto quanto possível, é garantir maiores possibilidades e recursos para a agricultura, indústria e comércio; é edificar uma nação e assegurar vida aos seus filhos. O direito de cada indivíduo acaba onde começa o de outro. Uma geração tem de respeitar o direito da advinda. A nenhuma assiste a faculdade de destruir ou reduzir as possibilidades de vida e gozo a aquela que a sucede. O homem precisa entender que é parte colaborante, elemento do conjunto de vidas de sobre a face da terra e saber que, se se excede, deixando de respeitar o direito alheio, as consequências serão sentidas, não somente pelos oprimidos e prejudicados, mas mesmo por ele e por todo o conjunto. O direito de viver assiste a cada ser; mas, o de abusar, a nenhum deles. (HOEHNE, 1930:5)

Sobre a floresta de araucária, em pleno final da década de 1920, Hoehne já teve nessa rápida viagem a sensibilidade de perceber a dimensão do desmatamento e o futuro da floresta de araucária:

Isso que vemos passar em todo Brasil, verifica-se em todas as localidades que percorremos da "Araucarilândia", onde penetra a locomotiva. As suas florestas desaparecem sem grandes benefícios para os seus habitantes. E, dentro de alguns decênios, só subsistirão as capoeiras, que logo serão sucedidas pelas taperas. Urge que os governos oponham um dique à onda devastadora de madeiras, que ameaça transformar nossa terra em um deserto. [...] A inspeção feita por nós in loco foi bastante rápida. Não tivemos tempo para visitar localidades mais afastadas da linha férrea. Mas, para falarmos sobre a iminência do perigo, que os processos da exploração de madeiras no Paraná e Santa Catarina fatalmente aduzirão, enxergamos o suficiente. (HOEHNE, 1930:6)

A crítica ambiental implacável de Hoehne incluía madeireiros, fazendeiros, agricultores imigrantes e caboclos, pela mesma imprevidência e falta de parcimônia em atacar as florestas. Também merece ser mencionado a sua defesa da criação de parques nacionais e outras formas de reservas naturais, não só na *Araucarilândia*, como em outros ecossistemas do país.

Outro antecedente e expoente particularmente importante nessa crítica ambiental anterior a década de 1940 foi o intelectual e político Romário Martins (1874-1948). Martins pôde verificar em vida a transformação rápida da vegetação no Paraná, que possuía intermináveis pinheirais no final do século XIX, até a década de 1940, quando já se comentava o esgotamento em futuro próximo das florestas de araucária. Enquanto no 2º Congresso Nacional de Agricultura, realizado em 1908 no Rio de Janeiro, Martins fez um elogio aos madeireiros paranaenses e defendeu um maior apoio do governo para o incremento

da produção, no fim de sua vida, em 1944, o autor publica o *Livro das árvores do Paraná*, onde revisa a opinião defendida no congresso de agricultura:

A situação, porém, mudou. Ao injusto desinteresse pelo pinho nacional ocorreu, anos depois, essa contínua agitação da qual tem resultado a imoderada exploração das nossas florestas de pinheiros e o descaso absoluto pelo replantio da mesma espécie, ao ponto de haver no Estado 578 serrarias devastadoras, e, na sua área de extermínio, nenhum bosque de reflorestamento! (MARTINS,2004:157)

Romário Martins, em seus mandatos como deputado estadual no Paraná, logrou juntamente com o deputado João David Pernetá, apresentar um projeto de Código Florestal, que se tornou o primeiro a ser promulgado no Brasil. (MARTINS, 2004:13) Como tantas outras leis estaduais ou federais, promulgadas para conter o desmatamento a partir de então, Romário Martins lamenta a inoperância do Código:

Esse Código logrou a aprovação legislativa e a sanção presidencial. E transformado na Lei n.706, de 1º de abril do citado ano [1907], ficou constituindo mera decoração da legislação paranaense, como, aliás, tantas leis visadoras de interesse público. A existência do Código protetor do mais rico patrimônio natural do Estado não impedia em coisa nenhuma que as florestas continuassem a ser impunemente devastadas pela pseudo indústria das serrarias. Foi como se não existisse. A mentalidade política do Paraná não comportava ainda a preocupação pelos problemas do futuro. (MARTINS,2004:93)

Em 1926, em novo projeto de lei, Martins reorganizou o código florestal citado, fixando providências governamentais para o reflorestamento, o imposto sobre árvore abatida, o incentivo fiscal para o plantio da bracinga e prevendo a criação de reservas naturais, ou unidades de conservação. O projeto não era rigoroso como são assim consideradas as legislações ambientais atuais, ficando o Estado com a responsabilidade de fomentar o reflorestamento, a partir da assistência técnica e da distribuição de mudas, e estabelecendo uma série de incentivos fiscais para os madeireiros em acordo com as determinações do projeto. Chama atenção a concepção de floresta como riqueza pública, tanto das presentes como das futuras gerações, e dessa forma entendido, não poderia ser destruído pelo interesse econômico de curto prazo do madeireiro. (MARTINS, 2004:124)

Como veio a ocorrer com a aprovação do código florestal nacional de 1934, pelo governo federal, os códigos florestais promulgados no Paraná e em Santa Catarina nas décadas seguintes não tiveram a mínima influência nos desmatamentos, que só eram interrompidos temporariamente se os madeireiros tivessem certeza de que não teriam condições de vender a madeira, por ocasião das crises econômicas.

Hoje em dia, sem levar em conta a rapidez e a dimensão desse processo de devastação da floresta de araucária no século XX, muitos políticos e autoridades se apressam em criticar as atuais leis ambientais, mais restritivas e em condições de fiscalização mais eficazes em relação aos antigos códigos florestais. Muitos alegam que as leis ambientais acabam impedindo o "desenvolvimento", tirando abusivamente o "direito dos proprietários sobre o que é seu", de cortar árvores como bem entender dentro de suas propriedades. O fato é que as florestas nativas estariam condenadas à extinção nesse hipotético "laissez-faire". Na verdade, foi a destruição por umas poucas gerações de um ecossistema cujos remanescentes são ainda um "patrimônio" das atuais e futuras gerações que permitiu a riqueza e a sobrevivência de muitos, incluindo suas famílias, dos que criticam hoje as leis ambientais. Isto não quer dizer que estas não possam ser criticadas pela necessidade de uma série de ajustes e por definir e atribuir mais justamente as responsabilidades de cada setor envolvido (fazendeiros, agricultores familiares, madeireiros e cidadãos urbanos).

Apesar do maior controle, os desmatamentos ilegais dos remanescentes para pastagens, lavouras, produção de carvão, "reflorestamentos" de pinus, ou para o uso madeireiro continuam, como atestam as freqüentes reportagens na imprensa.

Da mesma forma, em relação ao debate político no ano de 2005 a respeito da criação de unidades de conservação na área da floresta de araucária. O governo federal tem encontrado forte resistência para a criação de algumas unidades de conservação na área do ecossistema, localizadas nos Estados de Santa Catarina e Paraná. A reação política contrária a criação desses parques mobilizou uma série de deputados, madeireiros e fazendeiros, cujas famílias construíram o seu poder político e econômico em parte através da exploração desse ecossistema. Segundo os engenheiros florestais Paulo R. Castella e Ricardo M. de Britez, no caso do Paraná, onde havia a maior extensão de matas de araucária no país, as unidades de conservação atualmente cobrem 14.413 ha, ou 0,17% da área original do ecossistema.(CASTELLA, BRITZ, 2004:22)

Referências bibliográficas

CASTELLA, Paulo R.; BRITZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

HOEHNE, F. C. **Araucarilândia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho: origem da criação e desenvolvimento das atividades da autarquia madeireira. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948.

MAACK, Reinhard. O aspecto fitogeográfico atual do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953.

MAACK, Reinhard. Plano de Proteção das florestas do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. n. 5. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1952.

MARTINS, Romario. **Livro das Árvores do Paraná**. 2^a ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.